

Entre Diferentes e Desiguais: O Currículo e a Educação para as Relações Étnico-Raciais na Formação Superior em Saúde

Between Different and Unequal: The Curriculum and Education for Ethnic-Racial Relations in Higher Education in Health

Autor 1 - Tamiris Pereira Rizzo

Instituição: Doutoranda NUTES-UFRJ.

E-mail: tami.rizzo16@gmail.com

Autor 2 - Alexandre Brasil Carvalho de Fonseca

Instituição: NUTES-UFRJ, Professor Associado.

E-mail: abrasil@ufrj.br

Resumo:

Este artigo teórico objetivou refletir sobre os desafios para educação das relações étnico-raciais no ensino superior da área de saúde. Foram sistematizadas as percepções de Vera Candau, Miguel Arroyo e Nilma Lino Gomes sobre as noções de diferença, desigualdade, multiculturalismo e interculturalidade e postas em diálogo a luz das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área de Saúde. Considera-se fundamental a utilização de enquadramentos que compreendam os sujeitos feitos desiguais como atores e autores de caminhos para uma educação intercultural.

Palavras-Chaves: Educação para Relações Étnico-Raciais, Ensino Superior, Saúde, Currículo

Abstract:

This theoretical article aimed to reflect on the challenges for education of ethnic-racial relations in higher education in the health area. The perceptions of Vera Candau, Miguel Arroyo and Nilma Lino Gomes on the notions of difference, inequality, multiculturalism and interculturality were systematized and put into dialogue in the light of the National Curricular Guidelines of the Undergraduate Courses in the Health Area. It is considered fundamental to use of frameworks that comprise the subjects made unequal as actors and authors of paths to an intercultural education.

Keywords: Education for Ethnic and Race Relations, Higher Education, Health, Curriculum

Introdução

O enfrentamento às desigualdades em saúde e o tratamento equânime a todos os cidadãos brasileiros são assegurados constitucionalmente e previstos entre os princípios e diretrizes que regem o Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, o aprofundamento das iniquidades em saúde têm alertado para necessidade de reformulação dos processos formativos no ensino superior da área de saúde para melhor compreender e transformar os efeitos dos determinantes sociais na saúde, entre eles o racismo.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais foi recentemente incorporada como tema transversal ao Parecer Técnico Nº 300/2017 de 19 de Janeiro de 2018, que orienta os Princípios Gerais para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde. Este parecer está ancorado na Resolução nº 569, de 08 de dezembro de 2017, que aprova os Pressupostos, Princípios e Diretrizes Comuns para a Graduação na Área da Saúde. (BRASIL, 2018;2017)

Apesar de constar essa orientação e respeitado o caráter de uma normativa geral aos cursos da área de saúde, não há maiores detalhamentos sobre como estes temas transversais deveriam ou poderiam aparecer no currículo. Considerando a atualidade do parecer buscamos estudos que analisaram a relação entre Currículo e Educação para as Relações Étnico Raciais nos outros cursos de graduação.

Segundo Souza (2014), antes da implementação Resolução CNE/CP nº 01/04 e o parecer CNE/CP nº 03/04, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), as temáticas eram praticamente ausentes nas universidades, aparecendo de forma isolada por iniciativa dos professores e/ou diluídas em disciplinas abrangentes. Quando presentes em disciplinas específicas, corriqueiramente, estas possuíam caráter optativo, podendo desaparecer por qualquer razão.

Examinando 38 artigos, 13 teses e 50 dissertações defendidas entre os anos de 2003-2014, dos estudos de Currículo e Relações Étnico-Raciais, Regis e Basílio (2018), evidenciaram alta concentração de teses e dissertações realizadas nos sistemas públicos de educação básica, com equipes gestoras, secretarias de educação, entidades comunitárias e do movimento social. O ensino superior emergiu, timidamente, como objeto dos artigos, abordando principalmente os cursos de licenciatura.

Objetivo

O presente artigo busca refletir teoricamente sobre os desafios para educação das relações étnico-raciais no ensino superior da área de saúde.

Metodologia

Foram realizadas a leitura, análise e sistematização das noções de diferença, desigualdade, multiculturalismo e interculturalidade nas obras de Vera Candau, Miguel Arroyo e Nilma Lino Gomes.

Desenvolvimento

Segundo Lima (2010) e Cruz (2005), a retrospectiva da história do negro na educação brasileira nos revela a longa trajetória e os enfrentamentos produzidos entre os movimentos

sociais, em especial o Movimento Negro, com o Estado e suas instituições para que houvesse o reconhecimento e a formulação de proposições políticas e educativas a este segmento.

Políticas, tais, dispostas a minorar e corrigir os efeitos dramáticos de séculos de cerceamento das pessoas afrodescentes de acessarem e usufruírem um sistema de educação integrado, que contemplasse suas necessidades, valorizasse sua história, seus referenciais de pertencimento sócio-culturais, seus saberes ancestrais e suas formas privilegiadas de ensinar e aprender.

Quinze anos depois da Lei nº 10.639/03 e de sua reformulação Lei nº 11.645/08 é possível observarmos, produções em volume e qualidade significativa de estudos sistematizando pedagogias inovadoras, transformações curriculares, experiências em rede na formação de licenciandos e na formação continuada de professores(as), a produção de materiais didáticos, avaliando as conquistas e desafios para implementação das leis em todo país. Conquistas, evidentemente, limitadas aos problemas estruturais da educação e da sociedade, como o próprio racismo institucional, os retrocessos nas políticas públicas e nas políticas de gestão da educação com recursos materiais, humanos e financeiros cada vez mais escassos.

No entanto, esta breve busca alertou para a necessidade de refletirmos de que forma a política em questão têm sido assumida no ensino superior, principalmente no âmbito do ensino, haja vista, por exemplo, a regulamentação apenas em 2018 para alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da área da Saúde.

Quais as questões influenciam esta letargia nas modificações disciplinares nos currículos desta área, sobretudo, se confrontamos tal situação com a inegável transformação das universidades públicas, a partir das políticas de ações afirmativas, via cotas raciais nos vestibulares, como também, nos concursos públicos de docentes e servidores? Se reformulamos a pergunta - entendendo o currículo para além do programa disciplinar - como estas transformações geradas pela presença de corpos negros nos cursos de saúde mantêm ou alteram as práticas sociais de ensinar e aprender a cuidar da saúde de negros(as)?

Entre diferentes e desiguais, o currículo e as relações étnico-raciais

Segundo Candau (2008), todos os processos educativos estão imersos em processos culturais específicos. Compreendendo as origens multiculturais e pluriétnicas da formação social brasileira, cada vez mais, torna-se latente o caráter homogeneizador e monocultural da educação. Caráter, este, fortemente atrelado ao ideal da modernidade que busca suprimir as ambivalências, assimilando ou segregando as diferenças, em prol de um suposto conhecimento universal e abstrato.

A permanência das estratégias de colonialidade do poder, do saber e do ser, como alerta Quijano (2005), forjaram percepções e conotações desiguais e pejorativas para expressão dos diferentes grupos étnicos e suas perspectivas culturais, nos modos como estes compreendem e acessam o poder, produzem e disseminam saber e identificam-se enquanto sujeitos, principalmente, entre povos originários e tradicionais nas sociedades pós-coloniais.

Isto exige que observemos a relação e a dinâmica entre diferença e desigualdade. Segundo Canclini (2005), somos interpelados a olhar para a diferença condicionando seu exame, a partir da teoria da desigualdade. Sem perceber, acabamos por reproduzir um esvaziamento dos sentidos e das experiências múltiplas e particulares dos agrupamentos sociais, reproduzindo um rótulo amplo, genérico e abstrato da exclusão: “os mais pobres”, “os

que não tem acesso aos serviços públicos”, “os que possuem maiores taxas de evasão”, “os que ganham menos” e “os que morrem mais”.

Devemos buscar uma abordagem que interpele por interseções e controle as refrações de cada posição. Assim, compor um quadro de articulação entre as explicações teóricas das diferenças, as experiências particulares e as explicações teóricas das desigualdades, parece ser uma forma interessante de tratar a questão.(CANCLINI, 2005)

Nesse sentido, educar para as relações étnico-raciais demandaria disposição para enfrentarmos nossas ignorâncias e facilitismos quando o assunto é o outro, assumindo que:

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença, e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar. (MOREIRA, CANDAU; 2003, p. 161).

Como nos aponta Arroyo (2010), são muitas as consequências da análise, formulação e implementação de políticas educacionais que possuam como centro uma suposta benevolência do Estado e suas instituições como solução de um lado e, os coletivos feitos desiguais como problema, marginais, excluídos, inconscientes, carentes, inclusive no sentido moral de um projeto civilizatório, de outro. Tal forma de conceber as relações, assume os coletivos feitos desiguais como destinatários das ações e intervenções do Estado. “As desigualdades, são vistas sem sujeitos, entram apenas como campo de intervenção”(p.6).

É o foco nos coletivos feitos desiguais que pode, segundo Arroyo (2010), redefinir as desigualdades. É nesse reposicionamento que as diferenças podem ser vislumbradas e consideradas. Do contrário, seguiremos vendo como único sujeito da ação o próprio Estado, com suas políticas via de regra reformistas, destinadas ao combate das carências, com ações dirigidas a inclusão, repetindo os pressupostos universalistas que tratam de desigualdades abstratas.

Não devemos temer a afirmação da diferença. Precisamos acolhê-la, compreendê-la e valorizá-la para que possamos dialogar com o outro, exercício básico da própria democracia. O sentido da interculturalidade, como expresso por Walsh (2001) e como assinala Candau (2008), difere das proposições do multiculturalismo assimilacionistas ou diferencialista. Pressupõe uma educação para negociação cultural que confira espaço e voz aos sujeitos, assumindo os confrontos e conflitos da assimetria de poder, rompendo com uma visão estática e essencialista das culturas e das identidades. Privilegia-se, então, que fruto desta troca de saberes, experiências e referenciais culturais, se produza um novo sentido entre estes na diferença.

Nessa seara, tanto Candau (2008) como Arroyo (2010) concordam com a contribuição que os movimentos sociais têm oferecido em um momento que a escola tem dificuldades para se pensar, acompanhar, incorporar os anseios, inquietações e formas diversas de expressão dos questionamentos desses sujeitos feitos desiguais.

São diversas as iniciativas no interior das universidades públicas que têm proporcionado o aparecimento de fóruns e espaços de afirmação positiva da presença das pessoas negras, a despeito de uma cultura acadêmica monolítica e violenta às expressões culturais da negritude e da periferia. São os coletivos estudantis vinculados ao movimento negro, os fóruns de produção cultural, o surgimento de grupos de estudo, a criação e/ou consolidação dos Núcleos de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEABIs) e o

aparecimento cada vez mais frequente de projetos de pesquisa e extensão na questão racial, também nos cursos da área de saúde, trazendo sujeitos negros(as) dos movimentos sociais para dentro das universidades.

Agora esta efervescência latente entre os sujeitos do processo educativo são chamadas para esse lugar da negociação cultural dentro das salas de aula? Seguimos ignorando, por exemplo, as diferentes concepções sobre saúde-doença quando temos em nossas cadeiras estudantes indígenas ou praticantes de outras formas de cuidado vinculadas às religiosidades de matriz africana? Quando criticamos as noções limitadas da ciência, do corpo como máquina biológica, incorporamos os diferentes entendimentos de corpo e corporalidade vividos entre as diferentes culturas? Quando pensamos os hábitos preventivos e promotores da saúde, estamos considerando a enorme distância e a incapacidade de espelhamento dos sujeitos periféricos, femininos, negros(as) feitos desiguais nas referências estético-corporais, culturais, nos modos de vida e práticas sociais da realidade das pessoas brancas? Aparentemente, temos muitos passos a caminhar e aprender com estes próprios sujeitos feitos desiguais.

O movimento negro como educador

Segundo a professora, pedagoga, ex-ministra Nilma Lino Gomes, o movimento negro é compreendido como um “produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI”. Saberes produzidos na luta, capazes, segundo a tese principal da autora, de subverter a teoria educacional e construir uma *pedagogia das ausências e das emergências*, como caminhos para uma *pedagogia da diversidade*. (GOMES, 2017, p.14)

A obra nos abre à reflexão sobre a natureza desses saberes, - enumerados como identitários, políticos e estético-corpóreos - e as formas pelas quais a tensão dialética entre regulação e emancipação dos corpos negros e dos saberes produzidos por estes, são experienciadas nos espaços escolares e acadêmicos.

Advoga-se que a produção forjada de não existências, sendo usurpadas por monoculturas de conhecimento, na assunção de Boaventura, não só produziram um corpo negro regulado, invisível, colonizado, embranquecido, marginalizado ou excluído, mas também, dialeticamente estimularam o surgimento de um corpo negro emancipado.

Este corpo foi capaz de produzir um novo olhar sobre si mesmo e sobre a sua história ressignificando a noção de raça e afirmando uma identidade negra positiva; emergindo com pedagogias próprias para questionar/(re) contar: a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana nas Escolas (Lei nº 10.639/03) e contribuir para as diretrizes da Educação Escolar Quilombola; impor uma contra-narrativa dos fatos aos calendários escolares e nacionais, o feriado de 20 de novembro da imortalidade de Zumbi e da resistência negra, em face ao 13 de maio, da liberdade consentida pela branquitude; registrou nos dispositivos legais sua condição enquanto sujeito político e de direito, disputando a elaboração de políticas reparatórias exigindo a representatividade de seus interesses, seja por meio de Secretarias de Promoção da Igualdade Racial, Estatuto da Igualdade Racial, Ações Afirmativas no mercado de trabalho, na política, nos serviços públicos e nas universidades. (GOMES, 2017)

Essa contribuição propõem um ângulo de observação interessante para problematização anterior, na medida em que corrobora com Arroyo (2010) e Candau (2008), convocando a nós educadores e pesquisadores a olharmos para os outros atores e autores das

políticas educacionais e a forma como produzem repertórios, saberes e práticas pedagógicas desde fora, na sociedade, para dentro da escola e da universidade.

Perspectivas estas que além de valorizar as experiências particulares, as formas de enunciação da diferença e de contraposição às desigualdades, estão conectadas e arraigadas com outros questionamentos sociais. Trazem visões de mundo e de construção de projetos societários que podem (re) alinhar as políticas públicas de educação, como também, de saúde no sentido da radicalização dos limites como percebemos as desigualdades, as diferenças e de como construímos caminhos para uma educação intercultural e verdadeiramente emancipadora.

Considerações Finais

O estudo do Currículo e da Educação para as Relações Étnico-Raciais na formação dos profissionais de saúde passa também por mapearmos e compreendermos estes pontos de tensão, de regulação-emancipação, nas dinâmicas que ocorrem nos bastidores, nas disputas traçadas por estes sujeitos desde seus coletivos, nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, nos fóruns raciais, até no movimento social negro de forma geral e como os mesmos repercutem ou não no espaço institucional e oficial do currículo dos cursos da área da saúde.

Agradecimentos e apoios

A agência de fomento CAPES, financiadora da pesquisa.

Referências

ARROYO, Miguel G.. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Jan. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 569, de 08 de dezembro de 2017. Aprova os pressupostos, princípios e diretrizes comuns para a graduação na área da saúde, construídos na perspectiva do controle/participação social em saúde. Anexo Parecer Técnico No 300/2017. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 fev. 2018. seção 01, p. 85-90.** Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf>> Acesso em: 28 jan. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução no 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>> Acesso em: 28 jan. 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade.** Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 283p.

CANDAU, Vera Maria; Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Disponível:

<<https://educarparaomundo.files.wordpress.com/2016/07/moreira-candau-multiculturalismo-diferenc3a7as-culturais-e-pre3a1ticas-pedag3b3gicas.pdf>> Acesso em: 28 jan. 2019.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse. (Org.) **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: MEC/Secad, 2005, p. 21-33. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf> Acesso em: 28 jan. 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2017.

LIMA, Ivan Costa. Trajetos históricos das pedagogias promovidas pelo Movimento Negro no Brasil. In: NOGUEIRA, João Carlos et al.(orgs) **Negros no Brasil: política, cultura e pedagogias**. Florianópolis: Atilênde, 2010, p. 03-63.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. Educação Escolar e Culturas: construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n.23, mai.-ago, 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11>> Acesso em: 28 jan 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber - Eurocentrismos e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p.227-278.

RÉGIS, Kátia; BASÍLIO, Guilherme. Currículo e Relações Étnico-Raciais: o Estado da Arte. **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, pp. 33-60, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.57229>> Acesso em: 28 jan. 2019.

SOUZA, Mônica Lima. Prefácio.In: GOUVEA, Fernando César Ferreira; OLIVEIRA, Luís Fernandes de; SALES, Sandra Regina (Orgs.). **Educação e Relações Étnico-Raciais: Entre diálogos contemporâneos e políticas públicas**. 1ª Ed.Petrópolis: De Petrus et Alii; Brasília, DF: CAPES, 2014. Disponível em: <http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgeduc/files/2015/03/Miolo_Educacao_e_Relacoes_Etnico-raciais.pdf> Acesso em: 28 jan. 2019.

WALSH, Catherine. La educación intercultural en la educación. Peru: Ministerio de Educación [Documento de trabalho], 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000220&pid=S0102-4698201000010000200026&lng=en> Acesso em: 28 jan. 2019.